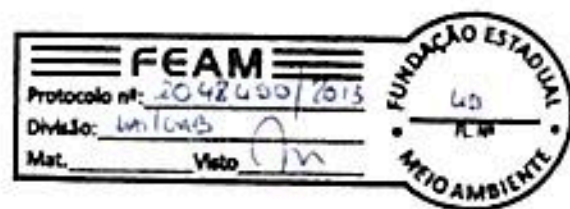


23644/2005/001/2009

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA CÂMARA
NORMATIVA RECURSAL DO COPAM / MINAS GERAIS

FEAM
RECEBEMOS
08/11/13
Maniello
ASSINATURA

Autos do Processo Administrativo de nº COPAM 23644/2005/001/2009



AGROPECUÁRIA BALAIÓ LTDA., empresa já devidamente qualificada nos autos à epígrafe, relativos à Auto de Infração de nº 66494/2007, vem com o respeito que lhe é devido e acatamento perante Vossa Senhoria, vem com fulcro no artigo 71 e seguintes da Lei Federal nº 9.605/98, apresentar

RECURSO

Ao auto de infração em epígrafe lavrado, expondo as razões fáticas, que embebidas nos sustentáculos e, secundados pelos pedidos, darão azo ao requerimento final, na forma que se explana:

DOS FATOS

A Requerente foi autuada em 13 de maio de 2008, portanto, antes do Decreto de nº 44.844/2008, sob argumento de que seria



detentora de loteamento em área urbana, sem o devido licenciamento ambiental.

Foi realizada defesa administrativa protocolada em 07 de julho de 2008, a qual se reitera em sua totalidade como parte integrante do presente recurso.

PRELIMINARMENTE DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Conforme o disposto na Lei Federal nº 9.605/1998, chega-se à conclusão de que a presente defesa é apresentada dentro do seu prazo legal (**20 dias**), sendo pois, este tempestivo.

DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

Analisando as datas e tempos decorridos, temos que já se passaram entre a infração e a presente data mais de cinco anos e cinco meses !

Não bastasse, entre a data do protocolo da defesa administrativa e julgamento também já se passaram mais de 05 (cinco) anos, motivo pelo que ocorreu patente prescrição da autuação administrativa e processo em tela, pois comprova-se a paralisação por mais de 03 (três) anos do presente feito.

Assim, requer-se e espera em sede preliminar o reconhecimento da prescrição no caso em tela.

DA OCORRÊNCIA DA DEFESA ANTERIOR



Como já mencionado acima, reitera-se os pontos argumentados antes apresentados, bem como se reforça o fato de que se trata de bem imóvel urbano, o qual possui como competência, em caso de eventual análise de irregularidade, do órgão municipal do meio ambiente – CODEMA, o qual entende pela regularidade do empreendimento em sua totalidade.

Ademais, o referido empreendimento teve seu final e efetiva entrega no anos de 1997, antes portanto também da Deliberação Normativa de nº 74/2004 e portanto, possuindo direito adquirido conforme norma constitucional e legal.

Se o entendimento for de retroação de uma norma legal, esta então deverá ser aplicada em todos os demais loteamentos existentes em nosso Estado, bem como em todas as cidades, determinando o licenciamento ambiental a todos o que não é o caso conforme entendimentos já expostos por esta Câmara e outros entendimentos jurisprudenciais de nosso Tribunais Pátrios.

Ricardo Carneiro em estudo sobre a matéria, assim se posicionou:

“Em concreto, a atuação simultânea das diversas instâncias federadas em relação a um mesmo empreendimento invariavelmente gera enorme insegurança jurídica, vez que, em tese, qualquer atividade fica submetida ao crivo da fiscalização e eventual sancionamento por parte de órgãos ambientais federais, estaduais, distritais ou municipais.

De resto, o exercício paralelo e indiscriminado do poder de polícia, contrário do que poderia à primeira vista parecer, significa, na verdade, dispêndio desnecessário e inconveniente de esforços e recursos públicos,

contrariando o princípio da eficiência administrativa consignado no *caput* do art. 37 da Carta Magna.

(...)

O exercício do poder de polícia deve considerar o interesse preponderante de cada um dos entes políticos integrantes da federação, além de prestigiar a extensão geográfica do impacto ambiental ou da atividade sujeita a controle, cabendo ipso facto à União cuidar das questões de âmbito nacional ou que envolvam mais de um Estado-membro; aos Estados as matérias de espectro regional, e aos municípios as de contorno estritamente local.”

Corroborando este entendimento, afirma o doutrinados Paulo de Bessa Antunes:

“Se, se admitisse que os órgãos públicos de diferentes esferas federativas pudessem, a seu talante, embargar, paralisar e contestar atividades que se encontram autorizadas regularmente pelos demais integrantes do SISNAMA, no uso normal e legal de suas atribuições, o sistema se tornaria completamente inviável. Aliás, a própria criação do Sisnama tem por finalidade última a organização de atribuições diferenciadas e a descentralização administrativa de forma cooperativa e harmônica.”

Conclui-se, por fim, que o poder de polícia deve ser exercido por um só órgão e no caso em tela, o órgão municipal, pois trata-se de loteamento já consolidada e em área urbana de expansão São Sebastião do Paraíso, não podendo a eventual conduta causadora de danos ao meio ambiente ser analisada e/ou punida em diferentes esferas.

Desta forma, requer-se, respeitosamente, a anulação do auto de infração lavrado por este Instituto, tendo em vista a existência de clara vedação legal acerca da imposição de multa por órgão diverso do devido.

NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

Segundo a doutrina brasileira difundida por Hely Lopes Meirelles, um ato administrativo deve ser estruturado pelos seguintes requisitos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 22. ed., São Paulo: Malheiros, 1997, pág.134).

Havendo vício em qualquer desses elementos, inclusive na forma, ele terá sua validade afetada, sendo plenamente nulo.

É o que dispõe, por exemplo, o art. 2º da Lei da Ação Popular (Lei 4.717/65), a qual considera nulos os atos lesivos ao patrimônio público quando estes estiverem “contaminados” de ilegalidade do objeto, que, conforme a própria lei, ocorre quando o resultado do ato importa em violação da lei, regulamento ou ato administrativo.

Trata o art. 2º da Lei da Ação Popular que:

“Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;*
- b) vício de forma;*
- c) ilegalidade do objeto;*



d) inexistência dos motivos;

e) desvio de finalidade."

Veja-se o posicionamento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro a respeito da forma dos atos administrativos:

"Partindo-se da idéia de elemento do ato administrativo como condição de existência e de validade do ato, não há dúvida de que a inobservância das formalidades que precedem o ato e o sucedem, desde que estabelecidas em lei, determinam a sua invalidade.

É verdade que, na concepção restrita de forma, considera-se cada ato isoladamente; e, na concepção ampla, considera-se o ato dentro de um procedimento.

Neste último, existe, na realidade, uma sucessão de atos administrativos preparatórios da decisão final; cada ato deve ser analisado separadamente em seus cinco elementos: sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.

Ocorre que tanto a inobservância da forma como a do procedimento produzem o mesmo resultado, ou seja, a ilicitude do ato. Por exemplo, se a lei exige a forma escrita e o ato é praticado verbalmente, ele será nulo;

Se a lei exige processo disciplinar para demissão de um funcionário, a falta ou o vício naquele procedimento invalida a demissão ainda que esta estivesse correta, quando isoladamente considerada.

Não há dúvida, pois, que a observância das formalidades constitui requisito de validade do ato



administrativo, de modo que o procedimento administrativo integra o conceito de forma.

No direito administrativo, o aspecto formal do ato é de muito maior relevância do que no direito privado, já que a obediência à forma (no sentido amplo) e ao procedimento constitui garantia jurídica para o administrado e para a própria Administração; é pelo respeito à forma que se possibilita o controle do ato administrativo, quer pelos seus destinatários, quer pela própria Administração, quer pelos demais Poderes do Estado." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 8. ed., São Paulo: Atlas, 1997. pág. 172.)

Veja-se o que diz Antônio da Silva Cabral sobre o princípio da relevância das formas processuais:

"1. Conceituação. Por força deste princípio, toda infração de regra de forma, em direito processual, é causa de nulidade, ou de outra espécie de sanção prevista na legislação.

Em direito processual fiscal predomina este princípio, pois as formas, quando determinadas em lei, não podem ser desobedecidas. Assim, a lei diz como deve ser feita uma notificação, como deve ser inscrita a dívida ativa, como deve ser feito um lançamento ou lavrado um auto de infração, de tal sorte que a não observância da forma acarreta nulidade, a não ser que esta falha possa ser sanada, por se tratar de mera irregularidade, incorreção ou omissão." (CABRAL, Antônio da Silva. **Processo administrativo fiscal**. São Paulo: Saraiva, 1993. pág. 73) (grifo inovado)

Como restarão a seguir demonstradas, a informação da disposição legal infringida e as penalidades aplicáveis, que envolvem o lançamento efetuado, não podem ser aplicadas ao caso concreto, eivando de nulidade insanável a autuação.

DOS SUSTENTÁCULOS

Feito esse breve relato dos fatos, superados os argumentos preliminares, volta-se a rebater os fundamentos que culminaram no Auto de Infração Ambiental ora impugnado.

DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O auto de infração é o documento pelo qual inicia-se o processo administrativo destinado à apuração da existência, ou não, da infração ambiental.

Deve, necessariamente, ser formal e preencher requisitos previstos na norma ambiental aplicável.

É oriundo do poder de polícia que detém a administração pública e, por ser da espécie de atos administrativos punitivos, são vinculados à lei e devem respeitar, integralmente, o princípio da legalidade.

Desta forma, é indiscutível que o presente processo administrativo foi feito de maneira equivocada, não devendo prosperar, em razão de ser nulo desde sua concepção.

DOS REQUERIMENTOS



Pelo exposto, requer-se respeitosamente reconhecida a prescrição pelo tempo decorrido; reconhecida a irregularidade de análise do auto pelo órgão ambiental estadual, face ser o bem imóvel situado em área urbana e portanto, deveria ter sido analisado pelo órgão ambiental municipal, competente legal neste caso, declarado nulo o auto de infração pelos fatos antes narrados na primeira defesa administrativa realizada em julho de 2008.

Respeitosamente,

P. deferimento,

São Sebastião do Paraíso, aos 31 de outubro de 2013.

 P.p. Ravel Maldini Borges OAB.MG 62.248